

Avis aux électeurs

AUCUNE MODIFICATION
NE DOIT ÊTRE APPORTÉE
AUX BILLETINS DE VOIE

Les listes de bulletins de vote et les bulletins de vote
sont à disposition de 8 heures à 18 heures, tous les jours,
dans les bureaux de vote, à l'exception des dimanches et jours
fériés.

NE PAS ÉGALEMENT MÊLER LES BILLETINS MANUSCRITS
ET LES PROCESSIONS DE VOIE UTILISÉS COMME BILLETINS

PREFECTURE DU VAL DE MARNE

AVIS AUX ÉLECTEURS

Doivent être tenus pour nuls et par suite ne doivent pas
être comptés comme suffrages exprimés.

ELEIÇÕES: UMA HISTÓRIA EUROPEIA

Dez sufrágios que
moldaram o nosso mundo

EXPOSIÇÃO

PT



Parlamento Europeu

ELEIÇÕES: UMA HISTÓRIA EUROPEIA

Dez sufrágios que
moldaram o nosso mundo

EXPOSIÇÃO

ELEIÇÕES: uma história europeia
Dez sufrágios que moldaram o nosso mundo
Exposição

Equipa:

Martí Grau Segú, curador
Inês Nauwelaers, curadora assistente
Debora Righetti, gestora de projeto

Com agradecimentos a:

Vladimir Čajkovac, Rocío del Casar Ximénez, Hans De Waegeneer, Christine Dupont, Óscar Fontao Regueira, Vasileios Galanakis, Yann Guillard, Clodagh Hourigan, Albrecht John, Philippe Le Guen, Nathalie Minten, Audrey Mottier, Elisabete Petim, Philippe Peyredieu du Charlat, Maria Teresa Pollastro, Véronique Recher, Frédéric Tadino, Jean-Baptiste Teresa, Josette Torres, Tatiana Tumashik e Lycée Viollet-le-Duc (Villiers-Saint-Frédéric, France).

Um projeto do Parlamento Europeu, realizado conjuntamente pela Casa da História Europeia (Serviço da Casa Jean Monnet) e pelo Parlamentarium.

Fotografia de capa: eleições europeias de 1984 em França.

© União Europeia

Table of Contents

Objetivo	7
Introdução	8
<i>O desenvolvimento da democracia na história europeia</i>	<i>8</i>
<i>Os arquitetos da unidade europeia e os esforços por um Parlamento Europeu diretamente eleito pelos cidadãos</i>	<i>10</i>
Dez sufrágios que moldaram o nosso mundo	13
1979	
Duas mães fundadoras no primeiro dia de um Parlamento Europeu democraticamente eleito	14
1984	
Novas eleições para um Parlamento Europeu com poderes mais sólidos	16
1989	
Depois da Guerra Fria, a construção de uma nova união: eleições num ano crucial	18
1994	
A nova Europa do Tratado de Maastricht está em marcha	20
1999	
A chegada do euro	22
2004	
Após um grande alargamento, uma Europa reunida vai a votos	24
2009	
Na sombra da crise financeira	26
2014	
O presidente da Comissão é nomeado segundo as novas disposições do Tratado de Lisboa	28
2019	
As pessoas estão de volta	30
2024	
As próximas eleições: um ponto de viragem?	33

Objetivo

Em junho de 2024, os cidadãos de todos os Estados-Membros da União Europeia serão convidados a eleger os seus representantes ao Parlamento Europeu.

Será a 10.^a vez que tais eleições se realizam desde as primeiras eleições diretas para o Parlamento Europeu, em 1979. É, pois, uma ocasião propícia para refletir sobre a evolução da democracia supranacional da Europa, desde as origens da participação democrática no continente até à construção gradual de uma verdadeira política europeia.

Esta viagem no tempo não é apenas uma oportunidade para conhecer o passado, mas também uma forma de o/a ajudar a fazer uma escolha informada na secção de voto! A democracia é vital; a sua opinião é crucial.

Introdução

O desenvolvimento da democracia na história europeia

A Europa percorreu um longo caminho no que diz respeito ao desenvolvimento da democracia. Para alguns, as raízes dessa democracia remontam à Atenas Clássica. Para outros, as liberdades da era contemporânea são fundamentalmente diferentes das do mundo antigo, porque se aplicam a toda uma sociedade e não apenas a um segmento da mesma. Enquanto na Antiguidade se considerava que a democracia era compatível com a manutenção de grandes grupos de pessoas privadas de direitos civis, as ideias mais avançadas do Iluminismo sublinham que a democracia tem de ser inclusiva.

No entanto, esta bela noção tem sido frequentemente aplicada mais na teoria do que na prática. Desde finais do século XVIII, o progresso da democracia tem sido associado a outras causas importantes rumo a uma maior igualdade, desde a abolição da escravatura até à extensão dos direitos civis a homens e mulheres. No século XIX, a legitimidade democrática emergente teve de coexistir com regimes autocráticos. O multilateralismo entre regimes autocráticos possibilitou uma paz duradoura entre as nações em várias ocasiões (Münster/Osnabrück em 1648, Utrecht em 1713 e Viena em 1815), mas em detrimento da luta do povo por maiores liberdades cívicas, como na repressão que marcou o rescaldo do Congresso de Viena em 1815. À medida que o século XIX avançava, a codificação do direito internacional e a criação de organizações internacionais estáveis mais vastas criaram as condições para a difusão internacional dos padrões democráticos que alguns países já estavam a testar no plano interno. O mundo estava pronto para uma mudança de paradigma, em que os valores democráticos assumissem a liderança nos sistemas internacionais. Infelizmente, a Europa teria de esperar pelo rescaldo de mais uma guerra – a Primeira Guerra Mundial – para que a maioria dos seus países se transformasse em democracias.

Se hoje há algo evidente, é que nenhuma eleição é plenamente democrática sem sufrágio universal. Na Europa, as eleições por sufrágio universal realizaram-se pela primeira vez no início do século XX, sobretudo nos países escandinavos e noutros do norte da Europa. No resto do continente, a luta pelo sufrágio das mulheres foi, nalguns casos, muito longa: na Suíça, só se tornou uma realidade nos anos 1970, enquanto em Espanha e na Turquia foi introduzido na década de 1930. O apogeu da democracia liberal foi também o momento em que se desencadearam os seus desafios mais graves: o nazismo e o estalinismo prosperaram com as suas críticas à propagação das liberdades individuais. Assim, a longa



Mulher finlandesa a votar nas eleições legislativas de 1907.

© Domínio público

evolução das eleições democráticas é também a história de como estas incorporam algumas das causas mais importantes das sociedades: os direitos das mulheres, das pessoas sem direitos civis e, especialmente após a Segunda Guerra Mundial e graças aos arquitetos da unidade europeia, a promoção da paz internacional.

Os arquitetos da unidade europeia e os esforços por um Parlamento Europeu diretamente eleito pelos cidadãos

Após a Segunda Guerra Mundial, houve um forte sentimento de que a incapacidade de alcançar a unidade europeia durante o período entre guerras tinha sido uma das principais causas da rutura da paz e da democracia. Ao redigir a Declaração Schuman em 1950, Jean Monnet encontrou uma forma de ligar os destinos da paz, da democracia e da unidade europeia. Além disso, Monnet não se limitou a lançar as bases de uma Europa tecnocrática – também trabalhou incansavelmente para a democratização das instituições europeias nas décadas seguintes, defendendo a realização de eleições diretas para o Parlamento Europeu.

Este trabalho teve lugar principalmente através do Comité de Ação para os Estados Unidos da Europa. Assim, a causa da paz deu origem ao projeto democrático mais ambicioso do mundo: eleições supranacionais na Europa. Desde 1979, as eleições democráticas diretas para o Parlamento Europeu têm conduzido os destinos do nosso continente através da participação dos cidadãos e do aumento dos seus poderes institucionais.

Desde o início, tal como em muitos outros domínios, os pais fundadores da Europa trabalharam em conjunto para a parlamentarização do projeto de unidade europeia: o antigo primeiro-ministro belga Paul-Henri Spaak, em estreita colaboração com Jean Monnet, tornou-se o primeiro presidente da Assembleia Comum da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço em 1952, sucedendo-lhe o antigo primeiro-ministro italiano Alcide De Gasperi em 1954. Os três homens apoiaram-se na Assembleia para promover o caráter supranacional da emergente arquitetura institucional europeia.

Em 1958, foram criadas mais duas Comunidades Europeias: a Comunidade Económica Europeia e a Euratom. O próprio homem que aprovou e anunciou publicamente o projeto de Monnet para uma Europa unida no mundo, antigo primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Robert Schuman, tornou-se presidente da nova instituição, que reunia representantes das três Comunidades: a Assembleia Parlamentar Europeia.



Robert Schuman na Assembleia Parlamentar Europeia, por ocasião do 10.º aniversário da Declaração Schuman. 10 de maio de 1960.

© União Europeia



Eleições europeias de 1984 em Itália.
© União Europeia

Dez sufrágios que moldaram o nosso mundo

1979

Duas mães fundadoras no primeiro dia de um Parlamento Europeu democraticamente eleito

As primeiras eleições europeias diretas ocorreram após uma longa luta. Os meados da década de 1970 foram uma época de progresso para a unidade europeia, com o primeiro alargamento da Comunidade Europeia, o início da cooperação monetária europeia e a criação do Conselho Europeu. Para um pai fundador como Jean Monnet, a ocasião das primeiras eleições europeias diretas foi o momento de cessar a sua incansável atividade e de se reformar, confiante de que uma nova geração de dirigentes democraticamente eleitos retomaria o trabalho onde o tinha deixado.

Em junho de 1979, os cidadãos dos nove Estados-Membros dirigiram-se às urnas para votar. A campanha eleitoral deu origem a uma nova iconografia – cartazes, anúncios televisivos e merchandising – que salientava a tomada de decisões conjunta. A taxa de participação rondou os 62 %.

No primeiro dia da nova assembleia, estavam ao leme duas mulheres. O Parlamento foi inicialmente presidido pela decana Louise Weiss, uma fervorosa defensora da unidade europeia e ativista dos direitos das mulheres desde a década de 1920, que coroava agora o seu percurso em ambos os domínios. Louise Weiss passou o testemunho à primeira presidente democraticamente eleita do Parlamento Europeu, Simone Veil, antiga ministra francesa e sobrevivente do Holocausto, que defendeu os direitos reprodutivos das mulheres. Após os pais fundadores da década de 1950, a Europa estava a reunir as suas mães fundadoras!

Na segunda parte da legislatura, com início em 1982, o presidente foi Piet Dankert, dos Países Baixos.



Louise Weiss a cumprimentar Simone Veil, eleita presidente do Parlamento Europeu. 17 de julho de 1979.

1984

Novas eleições para um Parlamento Europeu com poderes mais sólidos

Após as suas primeiras eleições, apesar da legitimidade democrática recentemente adquirida, o Parlamento Europeu ainda dispunha de poderes limitados. Muitas pessoas mostraram-se insatisfeitas com esta situação e vários deputados mais ativos procuraram promover uma mudança imediata – se não através de legislação, pelo menos, na prática. Por exemplo, o alargamento dos poderes orçamentais do Parlamento tornou-se um meio de influenciar um número crescente de domínios de intervenção. Um dos principais agentes políticos era Altiero Spinelli, defensor da unidade europeia desde a década de 1940.

Em 1941, quando estava preso na pequena ilha de Ventotene, Spinelli e vários outros opositores ao fascismo redigiram um manifesto para uma Europa federal. À medida que a guerra os assolava, tornava-se evidente que o sistema internacional não poderia voltar à situação anterior quando terminasse a Segunda Guerra Mundial. Mais tarde, Spinelli tornou-se comissário europeu e candidatou-se ao Parlamento Europeu em 1979. Na liderança do Club Crocodile, batizado com o nome do restaurante em Estrasburgo onde os seus membros se reuniam, Spinelli apresentou um projeto de Tratado que instituiu a União Europeia, um texto de espírito federal adotado pelo Parlamento Europeu em fevereiro de 1984. Os desafios políticos das eleições iminentes tornaram-se muito elevados.

Foi também a primeira vez que se realizaram eleições europeias com a Grécia como Estado-Membro de pleno direito. Com uma participação de 59 %, Pierre Pflimlin, de França, foi eleito presidente da instituição, tornando-se o primeiro antigo primeiro-ministro de um Estado-Membro a liderar o Parlamento Europeu. Charles Henry Plumb, do Reino Unido, foi então presidente a partir de 1987. Uma vez que Espanha e Portugal aderiram à Comunidade Europeia a meio da legislatura, foi prevista uma eleição parcial para ambos os países em 1987. Embora os Estados-Membros acabassem por não aprovar o projeto de Tratado que instituiu a União Europeia, o texto abriu caminho a uma evolução inovadora, como a aprovação do Ato Único Europeu e, em última análise, a criação da União Europeia.



Altiero Spinelli.

© Arquivos Históricos da União Europeia

1989

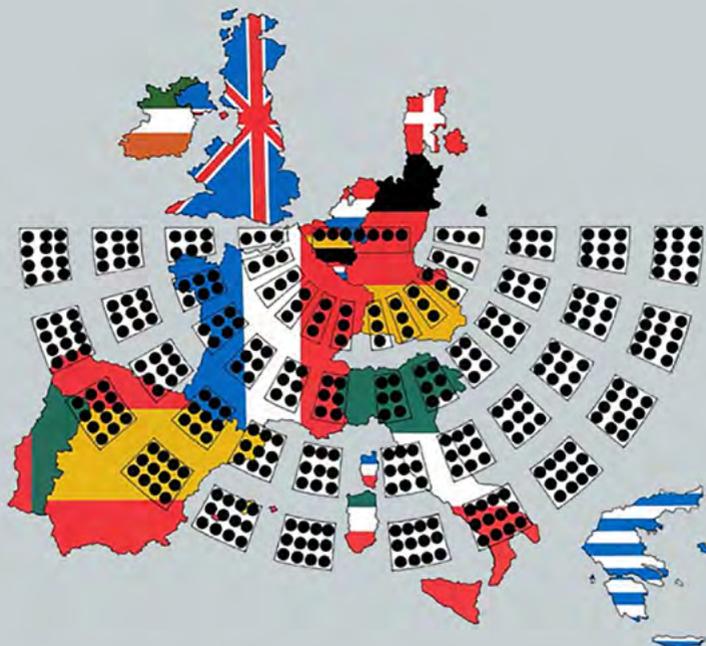
Depois da Guerra Fria, a construção de uma nova união: eleições num ano crucial

As eleições de 1989 tiveram lugar num dos anos mais importantes da história recente. Após quatro décadas de Guerra Fria, marcada pelo confronto Este-Oeste na cena mundial, o Bloco de Leste, liderado pela União Soviética, foi desintegrado e os países da Europa Central e Oriental evoluíram rapidamente para uma democracia pluralista. Na Comunidade Europeia, Jacques Delors, antigo ministro francês que se tornou presidente da Comissão Europeia em 1985, liderava uma ação transformadora sem precedentes.

Baseando-se parcialmente no projeto de Tratado de Spinelli que instituiu a União Europeia, Delors viu com êxito o seu Ato Único Europeu aprovado pelos Estados Membros, um passo decisivo para uma União Europeia, cujas competências se estenderiam a um vasto leque de domínios de intervenção. As terceiras eleições europeias decorreram, portanto, num clima de antecipação desta nova entidade política, que teria os atributos de um interveniente internacional de pleno direito nas relações externas e um nível de integração interna sem precedentes. Com as negociações do Tratado ainda em curso, a taxa de participação eleitoral foi de cerca de 58 %.

O novo Parlamento elegeu o espanhol Enrique Barón como seu presidente. O alemão Egon Klepsch foi então eleito presidente em 1992, para a segunda metade da legislatura. A nova legislatura assistiu a profundas mudanças históricas, como a queda do Muro de Berlim, a reunificação da Alemanha e a forte ajuda financeira às transições democráticas nos países da Europa Central e Oriental. Exerceu uma influência decisiva em prol de uma maior integração na elaboração e ratificação do Tratado da União Europeia, também conhecido como Tratado de Maastricht. Estava a nascer uma nova Europa!

ELEZIONI EUROPEE 18 GIUGNO 1989



IL PARLAMENTO EUROPEO LA NOSTRA VOCE IN EUROPA



PARLAMENTO EUROPEO Ufficio d'informazione per l'Italia - Via IV Novembre, 149 - 00187 ROMA - Tel. 6790507-6790502

1994

A nova Europa do Tratado de Maastricht está em marcha

Cerca de um ano após a entrada em vigor do Tratado de Maastricht, criando assim a União Europeia, os cidadãos europeus voltaram a ser chamados às urnas. Sob a nova repartição de competências, o Parlamento Europeu aumentou consideravelmente a sua influência, atuando agora como colegislador em pé de igualdade com o Conselho de Ministros. Novos projetos ambiciosos que funcionariam como forças motrizes de toda a arquitetura europeia – o alargamento previsto a leste e a sul, o projeto de uma moeda única – estavam agora sujeitos a um processo de decisão democrático e de escrutínio público por parte dos deputados ao Parlamento Europeu.

As novas eleições decorreram num espírito consentâneo com as importantes escolhas a fazer (alargamento europeu: até onde?) e com a necessidade de dissipar as dúvidas dos cidadãos (uma moeda única será ou não totalmente benéfica?). Era necessário ativar ou impulsionar novas políticas, como as relativas às infraestruturas financiadas pelas políticas regionais, o epítome da nova interligação do continente.

A taxa de participação rondou os 57 %. O alemão Klaus Hänsch foi eleito presidente do Parlamento Europeu em 1994. Em 1997, o espanhol José María Gil-Robles tornou-se então presidente para a segunda metade da legislatura. Uma vez que, em 1 de janeiro de 1995, a UE tinha crescido de 12 para 15 Estados-Membros, a Áustria, a Suécia e a Finlândia elegeram os seus representantes em eleições parciais ao longo de 1995 e 1996. Estes novos deputados trouxeram consigo uma forte tradição de não alinhamento e elevados padrões sociais e ambientais. O mundo olhava também para a Europa através de novas lentes: uma nova narrativa cheia de otimismo tinha florescido no Velho Mundo e o modelo europeu parecia destinado a superar o dos antigos blocos da Guerra Fria.



Eleições europeias em Bruxelas, em 12 de junho de 1994.

© União Europeia

1999

A chegada do euro

O progresso da moeda única estava prestes a trazer algo tangível: notas e moedas de euro. Com a abertura das negociações de adesão com 12 países candidatos em 1998, o grande alargamento acabava de ganhar velocidade. As últimas eleições europeias do século XX tiveram lugar numa grande encruzilhada política e os seus resultados estavam destinados a ter efeitos de grande alcance.

Se a paz parecia assegurada, após quase meio século de integração europeia e também uma década desde o fim da Guerra Fria, o conflito do Kosovo foi um sinal cruel da sua fragilidade, tal como as guerras da Jugoslávia já o tinham sido. Uma política externa europeia mais musculada parecia ser a forma de dar estabilidade ao continente. Durante a legislatura seguinte, a assinatura do Tratado de Nice (2001), que alterou tanto o Tratado de Maastricht (1992) como o Tratado de Roma (1957), destinava-se, em parte, a preparar a União para uma adesão alargada.

A taxa de participação foi de 58 %. A política francesa Nicole Fontaine foi eleita presidente do Parlamento Europeu para a primeira metade da legislatura em 1999 e o político irlandês Pat Cox assumiu a segunda metade da legislatura em 2002. Este Parlamento assistiu à entrada em circulação do euro, em 1 de janeiro de 2002, e à criação de uma Convenção para a redação da Constituição Europeia, mas também foi testemunha de grandes desafios ao papel da União Europeia enquanto protagonista mundial. Os atentados de 11 de setembro de 2001 em Nova Iorque e Washington colocaram a luta contra o terrorismo na ordem do dia como nunca antes. A invasão do Iraque pelos Estados Unidos dividiu a União em dois grupos de países – os que se alinharam com os EUA e os que se mantiveram críticos –, o que levou mesmo a uma distinção desdenhosa entre uma «Velha Europa» e uma «Nova Europa»!



Balcões de informação para as eleições europeias de junho de 1999.

© União Europeia

2004

Após um grande alargamento, uma Europa reunida vai a votos

A clivagem entre os países europeus causada pela guerra no Iraque tinha de ser sanada e o maior alargamento da UE até à data constituiu certamente uma grande narrativa para o fazer. Após mais de meio século de divisão profunda e enraizada, em 2004 o continente estava pronto para um reencontro. Dez novos Estados-Membros aderiram ao clube, oito da Europa Central e Oriental (República Checa, Estónia, Letónia, Lituânia, Hungria, Polónia, Eslováquia e Eslovénia) e dois do sul da Europa (Chipre e Malta). Os seus cidadãos também puderam votar nas eleições desse mesmo ano. Dois outros países (Bulgária e Roménia) aderiram em 2007.

A participação nestas eleições rondou os 46 %. O espanhol Josep Borrell tornou-se presidente do Parlamento Europeu em 2004, durante a primeira metade da legislatura, e o alemão Hans-Gert Pöttering presidiu na segunda metade. No entanto, apesar do clima pró-europeu, a euforia durou pouco – acumulavam-se nuvens no horizonte. Em 2005, os neerlandeses e os franceses disseram «não» num referendo sobre o projeto de Tratado para uma Constituição Europeia, que teria aproximado a União de uma Europa federal. Alguns países começavam a dar os primeiros sinais de fadiga do alargamento: depois de todo o esforço de adaptação, será que a Europa valia a pena?

Mas nem todos os progressos realizados para dar forma a uma nova Europa seriam desperdiçados: à rejeição do Tratado Constitucional seguiu-se um período de reflexão. O que fazer a seguir? A Declaração de Berlim, coassinada em março de 2007 pelo presidente Hans-Gert Pöttering, recuperou muitas das disposições do Tratado Constitucional a tempo das eleições seguintes, sob a forma do que viria a ser o Tratado de Lisboa (inicialmente conhecido por Tratado Reformador).



Dia do alargamento: chegada das novas bandeiras. Bruxelas, 1 de maio de 2004.

© União Europeia

2009

Na sombra da crise financeira

Quando o Tratado de Lisboa entrou em vigor, em 1 de dezembro de 2009, já se tinham realizado novas eleições e uma grave crise tinha afetado a economia mundial, com sérias repercussões financeiras, sociais e políticas. As escolhas do eleitorado eram agora mais suscetíveis de ser motivadas pelo medo e a gestão desses receios tornou-se uma das principais tarefas dos representantes políticos.

É certo que nem tudo era mau: a eleição de Barack Obama como presidente dos Estados Unidos da América, em 2008, marcou uma nova era nas relações transatlânticas; a ecologização da produção industrial tornou-se um lema omnipresente. Mas seria isso suficiente?

A taxa de participação foi de 43 %. Jerzy Buzek, antigo primeiro-ministro polaco, foi eleito presidente em 2009, tornando-se o primeiro presidente da Europa Central e Oriental a exercer o cargo. O alemão Martin Schulz assumiu então o cargo de presidente em 2012.

Em 2010, a ameaça de incumprimento da dívida por parte da Grécia desencadeou a crise da dívida soberana europeia, e à crise financeira da Irlanda seguiram-se bloqueios financeiros duradouros em muitos Estados-Membros, pois a situação de incumprimento tornou-se global. Este Parlamento assistiu também a uma turbulência nas proximidades das fronteiras da União: a Primavera Árabe, que teve início em 2010, eclodiu em 2011, ano em que começou a guerra na Síria. Em 2013, começaram os protestos da Euromaidan em Kiev, seguindo-se a anexação da Crimeia pela Rússia e a guerra no Donbass em 2014.



JCDecaux



Quelle agriculture pour notre alimentation ?

Votre vote, utilisez-le lors des élections du Parlement européen le **7 juin**.

www.elections2009.eu

Campanha publicitária para as eleições europeias. Marselha, França, 2009.
© União Europeia

2014

O presidente da Comissão é nomeado segundo as novas disposições do Tratado de Lisboa

As eleições de 2014 introduziram o processo de Spitzenkandidat ou de candidato cabeça de lista: neste sistema, os partidos políticos europeus nomeiam o seu candidato principal antes das eleições europeias, permitindo aos cidadãos influenciar diretamente a escolha do chefe do executivo europeu com o seu voto nas eleições europeias. O maior partido após a eleição tem o direito de propor o nome do futuro presidente da Comissão Europeia, que será posteriormente eleito pelo Parlamento Europeu por maioria dos seus deputados. Esta foi amplamente vista como uma forma de «europeizar» as eleições para o Parlamento Europeu.

O Tratado de Lisboa constitui a base para este papel reforçado do Parlamento Europeu na nomeação do presidente da Comissão Europeia. Assim, Jean-Claude Juncker tornou-se o novo presidente da Comissão Europeia através deste sistema. A participação nas eleições foi de cerca de 43 %. Martin Schulz, já presidente do Parlamento Europeu desde 2012, foi reeleito em 2014 para a primeira metade da legislatura. Foi o primeiro presidente do Parlamento Europeu a ser reeleito. Antonio Tajani tornou-se então presidente em 2017.

Durante a legislatura seguinte, os deputados foram confrontados com um ambiente em rápida mutação, tanto a nível interno como externo. Em meados de 2016, numa mudança sem precedentes, a maioria dos cidadãos britânicos decidiu que o seu país deveria abandonar a União Europeia. Foi necessário emitir avisos aos governos de alguns Estados-Membros que estavam a resvalar para uma «democracia iliberal». A eleição de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos, em 2016, colocou as relações UE-EUA sob pressão.

**EUROVISION
DEBATE**

#TellEUROPE



Debate Eurovisão entre os candidatos à presidência da Comissão Europeia, em 2014.

© União Europeia

2019

As pessoas estão de volta

Nas eleições de 2019, a taxa de participação foi de 51 %. Foram as maiores eleições transnacionais de sempre, registando-se pela primeira vez um aumento da participação eleitoral desde as primeiras eleições europeias de 1979. David Sassoli tornou-se presidente do Parlamento Europeu, seguido, em janeiro de 2022, por Roberta Metsola, a presidente mais jovem de sempre do Parlamento.

A maioria dos partidos políticos europeus nomeou novamente candidatos principais para a presidência da Comissão Europeia antes das eleições de 2019. Mais tarde, o Conselho Europeu propôs ao Parlamento Europeu o nome de Ursula von der Leyen, que não tinha sido cabeça de lista, como candidata a presidente da Comissão Europeia. Ursula von der Leyen foi então eleita pelo Parlamento Europeu, no âmbito dos seus poderes de controlo.

As questões relacionadas com a proteção do clima ocuparam um lugar de destaque nas eleições de 2019, uma vez que, a nível mundial, o ambiente continua a dar sinais alarmantes de rápida deterioração. Durante a legislatura seguinte, os deputados tiveram de enfrentar a saída efetiva do Reino Unido. Em 2020, eclodiu a pandemia de COVID-19. As instituições europeias decidiram convocar uma Conferência sobre o Futuro da Europa para analisar o futuro, com início em 2021. Em 2022, a Rússia invadiu a Ucrânia.



Eleições europeias de 2019: bastidores da noite eleitoral.
© União Europeia

2024

As próximas eleições: um ponto de viragem?



Como se pode ver nesta sequência de todas as eleições europeias desde 1979, os debates e as questões políticas do seu tempo caracterizaram cada eleição europeia.

A sua história é um dos marcos da construção de uma verdadeira política europeia, um reflexo das principais preocupações e lutas na arena política de cada momento.

Neste contexto, o que nos reservam as eleições europeias de 2024?
A sua opinião conta!



An aerial, high-angle photograph of a massive, diverse crowd of people walking on a light-colored paved surface. The crowd is dense and fills most of the frame, with individuals of various ages, ethnicities, and clothing styles. The perspective is from directly above, looking down on the group. The lighting is bright, casting soft shadows on the ground.

together.eu

**TOGETHER FOR
DEMOCRACY**